

Caderno 11

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2012

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA N.º 5156/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alínea *f*, da Lei Federal n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea *f*, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

RESOLVE:

DESIGNAR o Promotor de Justiça **CLÁUDIO LOPES BUENO** para, até **31/12/2012**, exercer as atribuições do cargo de Promotor de Justiça de Rio Maria, a contar de **1º/11/2012**.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de novembro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 5157/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alínea *f*, da Lei Federal n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea *f*, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

RESOLVE:

DESIGNAR a Promotora de Justiça **ADRIANA MARIA PRIMO DE CARVALHO** para, até **31/12/2012**, exercer as atribuições dos 1º e 2º cargos de Promotor de Justiça de Xinguara, a contar de **1º/11/2012**.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de novembro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 5158/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea *f*, da Lei Federal n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea *f*, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que a designação do Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça de mesma entrada e do mesmo polo,

RESOLVE:

DESIGNAR a Promotora de Justiça **GRACE KANEMITSU PARENTE** para, até **31/12/2012**, exercer as atribuições do cargo de Promotor de Justiça de Nova Timboteua, a contar de **1º/11/2012**, sem prejuízo de suas atribuições nas Promotorias de Justiça de Capanema e Santa Luzia do Pará.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de novembro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 5159/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea *f*, da Lei Federal n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea *f*, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

CONSIDERANDO o afastamento do Promotor de Justiça Márcio Silva Maués de Faria,

RESOLVE:

DESIGNAR o Promotor de Justiça **MAURIM LAMEIRA VERGOLINO** para, até **31/12/2012**, exercer os cargos de Promotor de Justiça de Dom Eliseu e Ulianópolis, a contar de **1º/11/2012**.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de novembro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 5160/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea *f*, da Lei Federal n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea *f*, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo Pólo,

RESOLVE:

DESIGNAR a Promotora de Justiça **CRISTINA MARIA DE QUEIROZ COLARES** para, até **31/12/2012**, exercer o 1º cargo de Promotor de Justiça de Cametá, a contar de **1º/11/2012**, sem prejuízo de suas atribuições no município de Mocajuba.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de novembro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 5161/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IX, alínea *f*, da Lei Federal n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea *f*, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

RESOLVE:

DESIGNAR o Promotor de Justiça **JOÃO BATISTA DE ARAÚJO CAVALheiro DE MACEDO JÚNIOR** para, até **28/11/2012**, exercer as atribuições do 2º cargo de Promotor de Justiça de Cametá, a contar de **8/11/2012**; e, até **31/12/2012**, exercer as atribuições do cargo de Promotor de Justiça de Baião, a contar de **1º/11/2012**.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de novembro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 5162/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea *f*, da Lei Federal n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea *f*, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o afastamento do Promotor de Justiça José Augusto Nogueira Sarmento para frequentar Curso de Doutorado em Direito;

CONSIDERANDO a designação do Promotor de Justiça Bruno Beckembauer Sanches Damasceno para atuar no município de Tomé-Açu,

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo pólo,

RESOLVE:

DESIGNAR a Promotora de Justiça **MARIA CLÁUDIA VITORINO GADELHA** para, até **31/12/2012**, exercer os 1º e 2º cargos de Promotor de Justiça de Tailândia, a contar de **1º/11/2012**.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de novembro de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 5163/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o n.º 25727/2012, em 26/6/2012, o qual originou o Processo n.º 223/2012-SGJ-TA;

CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994,

RESOLVE:

I – INSTAURAR Sindicância Investigatória, objetivando a apuração de possíveis irregularidades cometidas e, se for o caso, posterior aplicação das sanções administrativas cabíveis.

II – DESIGNAR os servidores estáveis WAGNER DE ARAGÃO SALES (Presidente), JACIREMA JENNY NUNES GOMES e MAURO CÉSAR CARVALHO DE CARVALHO, os quais compõem a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, instaurado pela Portaria n.º 1018/2012-MP/PGJ, de 8/3/2012, publicada no D. O. E. de 19/3/2012, para integrarem a presente Sindicância Investigatória, visando apurar as possíveis irregularidades cometidas, constantes do supracitado expediente.

III – FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado o prazo por igual período, como estatui o artigo 201, parágrafo único, do mesmo Diploma Legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 12 de novembro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 5165/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea *f*, da Lei Federal n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea *f*, da Lei Complementar n.º 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do requerimento de 6/11/2012, protocolizado sob o n.º 45906/2012, em 6/11/2012,

RESOLVE:

DESIGNAR a Promotora de Justiça **LEANE BARROS FIUZA DE MELLO** para, como representante da Procuradoria-Geral de Justiça, participar de reuniões da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, nos dias **6 e 7/11/2012**, nesta Capital.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de novembro de 2012.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 5166/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do Of. n.º 064/2012/CPJCV, de 6/11/2012, protocolizado sob o n.º 45951, em 6/11/2012,

RESOLVE:

DESIGNAR o Promotor de Justiça convocado às Procuradorias de Justiça Cíveis **HAMILTON NOGUEIRA SALAME** para, sem prejuízo de suas atribuições, participar das audiências de conciliação designadas pela Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho, nos dias **7 e 8/11/2012**, nos feitos em que identificar a necessidade de intervenção do Ministério Público.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de novembro de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 5167/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do Of. n.º 064/2012/CPJCV, de 6/11/2012, protocolizado sob o n.º 45951, em 6/11/2012,

RESOLVE:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça **TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA** para, sem prejuízo de suas atribuições, participar das audiências de conciliação designadas pela Desembargadora Helena Percila de Azevedo Dornelles, no dia **7/11/2012**, nos feitos em que identificar a necessidade de intervenção do Ministério Público.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de novembro de 2012

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 5168/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do Of. n.º 064/2012/CPJCV, de 6/11/2012, protocolizado sob o n.º 45951, em 6/11/2012,